



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

Termo de Fomento n.º **005/2026**

Processo Administrativo n.º **2026-DRMZT**

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE TURISMO E O
INSTITUTO RAÍZES, TENDO POR OBJETO
O APOIO NA REALIZAÇÃO DO CARNAVAL
2026, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO
PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO
DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR**, inscrita no CNPJ sob nº 08.750.791/0001-89, com sede na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, Nº 705, Forte São João, Vitória/ES, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, neste ato representada legalmente pelo Subsecretário Administrativo, nomeado pelo Decreto Nº 301-S, de 12 de fevereiro de 2025, publicado no DIO/ES de 28 de fevereiro de 2025, delegação à Portaria Nº 204-S, de 27 de fevereiro de 2025, publicada no DIO/ES de 28 de fevereiro de 2025, o Sr. Ronaldo dias Junior, NF: 5065542, e o INSTITUTO RAÍZES, inscrito no CNPJ sob nº. 33.253187/0001-94, com sede à Rua do Rosário, Nº 78, sl. 52, Centro, Vitória/ES, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo Presidente, Sr. Victor Bastos Faria, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **2026-DRMZT** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento tem por objeto o Apoio na Realização do Carnaval 2026, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;

k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;

l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 2.215.000,00 (dois milhões duzentos e quinze mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 2.215.000,00 (dois milhões duzentos e quinze mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 10.37.101.23.695. 0113. 2258, UG 370101, Gestão 000001, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 1500 ED: 335041 - R\$ 2.215.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 14/04/2026, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do Sr. Victor Bastos Faria, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo ("Legislação de Proteção de Dados Aplicável").

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, 30 de janeiro de 2026.

RONALDO DIAS JUNIOR
SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

VICTOR BASTOS FARIA
PRESIDENTE
INSTITUTO RAÍZES

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO – TERMO DE FOMENTO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

DADOS DO PROJETO			
NOME: APOIO NA REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2026			
DATA DO PRIMEIRO DIA DA REALIZAÇÃO DO EVENTO: 26/01/2026		DATA DO ÚLTIMO DIA DA REALIZAÇÃO DO EVENTO: 14/02/2026	
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/01/2026		DATA TÉRMINO: 14/04/2026	
FONTE DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO:			
VALOR DO PROJETO: R\$ 2.215.000,00 (dois milhões e duzentos e quinze mil reais)			
LOCAL DO EVENTO: SEDE DO INSTITUTO RAÍZES, SEDE DA LIESES, TANCREDO E SAMBÃO DO POVO			
PARCELAS DE PAGAMENTO: Pagamento em parcela única			
DADOS DA Organização da Sociedade Civil - OSC			
Nome da instituição: Instituto Raízes			
CNPJ: 33.253.187-0001/94			
Endereço: Rua do Rosário, 78 - Ed. Nossa Senhora de Fátima, sl. 52			
Bairro: Centro	Cidade: Vitória	Estado: ES	CEP: 29016-095
Telefone(s) Celular (es): (27)99924-1263	Fixo (s):	Página na internet (home page): raizes@institutoraizes.org www.raizesinstituto.org	
Endereço eletrônico (e-mail): raizes@institutoraizes.org			
RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO (assinante do instrumento jurídico que será celebrado)			
Nome completo: Victor Bastos Faria			



Cargo: Presidente		Mandato:	
		Início: 09/01/2024	Término: 09/01/2029
CPF: 134.405.797-78		Identidade / Órgão Expedidor: 3.018.045-ES	
Endereço: Rua Amarílio Lunz, nº 8			
Bairro: República	Cidade: Vitória	Estado: ES	CEP: 29070-030
Telefones (incluindo celular e fax): (27) 99924-1263		Endereço eletrônico (e-mail): victor@institutoraizes.org	
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO			
Nome completo: Livia das Neves Nascimento			
CPF: 176.074237-61		Formação: Administração	
Telefones (incluindo celular e fax): 27 99884-2229		Endereço eletrônico (e-mail): rh@institutoraizes.org	
OUTROS PARTÍCIPES			
Nome da instituição: Liga Independente das Escolas de Samba do Espírito Santo (LIESES)			
CNPJ: 36.399.327/0001-25			
Endereço: Av. Dário Lourenço de Souza			
Bairro: Santo Antônio	Cidade: Vitória	Estado: ES	CEP: 29026-080
Telefone(s): 27 99888-3465	Fax:	Página na internet (home page): instagram.com/lieves	
Endereço eletrônico (e-mail): lieses@gmail.com			

EXPLORAÇÃO ECONÔMICA			
Bilheteria	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Valor	
Inscrição dos Atletas	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Valor	
Patrocinadores	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Descrição dos Itens dos patrocinadores e destinações dos recursos oriundos de Exploração Econômica	LIESES: Fornecimento de espaço para a realização das oficinas e montagem/desmontagem		

Art. 19, inciso I, da Lei nº 13.019 - A proposta a ser encaminhada à administração pública deverá atender aos seguintes requisitos: I – Identificação do subscritor da proposta;

1. INTRODUÇÃO¹

A presente parceria tem por objeto o apoio à execução do Carnaval Capixaba 2026, por meio da realização de ações técnicas, de logística, de produção artística, organizacionais e operacionais indispensáveis à realização dos desfiles das escolas de samba de Vitória/ES, evento integrante do Calendário Oficial de Eventos do Estado e do município de Vitória, além de ser reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Espírito Santo.

A proposta será desenvolvida a partir da articulação entre o Instituto Raízes, as escolas de samba integrantes deste projeto, a Liga Independente das Escolas de Samba do Espírito Santo (LIESES) e o poder público estadual, visando garantir a adequada coordenação de equipes, a realização de oficinas de fantasias, alegorias e adereços, bem como o suporte técnico necessário aos procedimentos de pré-produção, execução e pós-produção dos desfiles. Tais ações se configuram como meios essenciais para o alcance do objetivo geral da parceria, qual seja, assegurar a realização de um carnaval organizado, qualificado, acessível e com elevado padrão técnico e artístico.

A realidade que fundamenta esta parceria está diretamente relacionada à complexidade logística, artística e operacional do Carnaval Capixaba, que envolve 19 escolas de samba, milhares de trabalhadores da cultura e um público estimado em aproximadamente 80 mil pessoas, além do expressivo impacto turístico e econômico para a cidade de Vitória e para o Estado do Espírito Santo. Nesse contexto, as atividades previstas na parceria respondem à necessidade de fortalecimento da cadeia produtiva do carnaval, de valorização dos saberes e fazeres tradicionais do samba capixaba e de promoção da inclusão social das comunidades envolvidas.

As ações pactuadas estão alinhadas aos objetivos específicos e às metas estabelecidas no plano de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento do turismo cultural, a geração de emprego e renda, a ampliação do acesso da população a bens culturais e a consolidação do Carnaval Capixaba como um dos principais eventos culturais e turísticos do Estado. Dessa forma, a parceria evidencia o nexo entre a realidade diagnosticada, as atividades propostas e os resultados esperados, reafirmando o interesse público e a relevância social da iniciativa.

¹ Art. 22, Inciso I, da [Lei 13.019, de 31/7/2014](#).

(...) descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.

2. CAPACIDADE TÉCNICA²

O Instituto Raízes é uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, constituída em 2008, com mais de 15 anos de atuação contínua, criada por jovens das comunidades da Piedade e Fonte Grande, no Centro Histórico de Vitória/ES, com o propósito de promover o fortalecimento das identidades culturais, a inclusão social, a valorização do patrimônio imaterial e o desenvolvimento sociocultural, esportivo e turístico dos territórios em que atua.

A entidade possui reconhecida experiência na concepção, gestão, execução e prestação de contas de projetos culturais e turísticos, especialmente aqueles relacionados ao samba e ao Carnaval Capixaba, atuando de forma direta junto às escolas de samba, suas comunidades e aos organismos de gestão do carnaval. Ao longo de sua trajetória, o Instituto Raízes tem desenvolvido ações estruturantes voltadas à salvaguarda do samba capixaba, à profissionalização dos desfiles das escolas de samba e ao fortalecimento da cadeia produtiva do carnaval, envolvendo artistas, aderecistas, ritmistas, costureiras, carnavalescos, gestores culturais e demais trabalhadores da cultura.

No campo específico do turismo, a instituição possui histórico consolidado de atuação na co-gestão e apoio técnico-operacional do Carnaval de Vitória, em parceria com a Liga Independente das Escolas de Samba do Espírito Santo (LIESES) e com o poder público estadual e municipal, realizando atividades como coordenação de equipes, formação de jurados, organização de oficinas artísticas, planejamento logístico dos desfiles, articulação interinstitucional, produção de relatórios técnicos e acompanhamento de todas as etapas do evento. Tais ações contribuíram diretamente para a consolidação do Carnaval Capixaba como produto turístico-cultural estratégico, com expressivo impacto econômico, geração de emprego e renda e aumento do fluxo de turistas.

A capacidade técnica da OSC é comprovada, ainda, por sua atuação em conselhos e instâncias de controle social e formulação de políticas públicas para a sociedade, como o Conselho Estadual da Cultura, o Conselho Municipal de Cultura de Vitória, o Conselho Estadual de Direitos Humanos e o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, além do reconhecimento institucional obtido por meio de premiações e parcerias firmadas com secretarias estaduais e ministérios do governo federal, incluindo as áreas de cultura, turismo, direitos humanos e governo.

O Instituto Raízes dispõe de estrutura organizacional compatível com o objeto da parceria, composta por diretoria estatutária, equipe técnica-administrativa qualificada e profissionais com experiência comprovada na execução de projetos culturais e turísticos de grande porte, atendendo às exigências legais e operacionais previstas na Lei nº 13.019/2014. A experiência acumulada, aliada à capacidade de articulação institucional e ao conhecimento técnico do território e do carnaval capixaba, assegura à proponente plena capacidade para executar, com eficiência, eficácia e transparência, o objeto da parceria proposta.

3. OBJETO

Apoiar a execução do Carnaval Capixaba 2026, por meio da coordenação técnica e operacional das ações necessárias à realização dos desfiles das escolas de samba de Vitória/ES, incluindo a organização de equipes, a realização de oficinas de fantasias, alegorias e adereços, bem como o suporte aos processos de pré-produção, execução e pós-produção do evento, com vistas ao fortalecimento do turismo cultural, da cadeia produtiva do carnaval e da valorização do patrimônio cultural imaterial do Espírito Santo.

² Art. 33, Inciso V, alínea b e c, da [Lei 13.019, de 31/7/2014](#).

4. PÚBLICO ALVO

O público-alvo do projeto é composto por beneficiários diretos e indiretos, abrangendo diferentes segmentos da sociedade capixaba e visitantes de outros estados, em consonância com o caráter cultural, turístico e inclusivo do Carnaval Capixaba.

Beneficiários diretos incluem os integrantes das escolas de samba de Vitória/ES, tais como artistas, ritmistas, passistas, baianas, mestres-sala e porta-bandeira, aderecistas, costureiras, carnavalescos, músicos, jurados, coordenadores, técnicos e demais trabalhadores da cadeia produtiva do carnaval, além das comunidades dos territórios onde as agremiações estão inseridas, que participam ativamente das oficinas, da produção e da execução dos desfiles.

Beneficiários indiretos abrangem o público geral do evento, estimado em aproximadamente 80.000 (oitenta mil) pessoas ao longo dos dias de desfile, incluindo moradores de Vitória e da Região Metropolitana, visitantes de municípios do interior do Espírito Santo, turistas de outros estados e do exterior, bem como os setores econômicos impactados pelo evento, como hotelaria, alimentação, transporte, comércio e serviços.

O evento contará com acesso misto, sendo parte do Sambão do Povo destinada ao público gratuito, conforme a organização oficial do evento, e parte com acesso pago, por meio da comercialização de ingressos para arquibancadas e camarotes. Os desfiles também poderão ser acompanhados de forma remota, por meio de transmissões ao vivo e conteúdos disponibilizados em plataformas digitais e redes sociais, como YouTube, Instagram e Facebook, ampliando o alcance do evento para além do espaço físico.

No que se refere à acessibilidade, o projeto observará as normas vigentes, garantindo infraestrutura com rampas de acesso, espaços reservados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sinalização adequada e apoio das equipes de orientação. Sempre que possível, serão adotadas medidas de acessibilidade comunicacional, como intérprete de LIBRAS nas cerimônias oficiais e materiais informativos em formatos acessíveis, assegurando o direito de participação e fruição cultural de todos os públicos, sem discriminação.

5. OBJETIVO GERAL

Viabilizar a realização do Carnaval Capixaba 2026, por meio do apoio técnico, operacional e organizacional aos desfiles das escolas de samba de Vitória/ES, assegurando qualidade artística, eficiência na execução, acessibilidade e segurança do evento, com vistas à valorização do patrimônio cultural imaterial do Espírito Santo, ao fortalecimento do turismo cultural e à promoção do desenvolvimento social, econômico e comunitário.

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS³

- Incentivar o crescimento do fluxo turístico para a cidade de Vitória e para o Espírito Santo, por meio da consolidação do Carnaval Capixaba como produto turístico-cultural de relevância estadual e nacional;
- Realizar a coordenação técnica e operacional das ações necessárias à execução dos desfiles das escolas de samba, garantindo organização, segurança e qualidade artística do evento;

³ Art. 35, Inciso III, da [Lei 13.019, de 31/7/2014](#).

- Oportunizar a participação ativa das comunidades das escolas de samba no processo de produção e realização do carnaval, promovendo inclusão social, protagonismo comunitário e valorização dos saberes tradicionais;
- Buscar o fortalecimento da cadeia produtiva do carnaval, estimulando a geração de emprego, trabalho e renda nos setores da economia criativa, cultura e turismo;
- Elevar o padrão técnico, estético e organizacional dos desfiles das escolas de samba de Vitória/ES, contribuindo para a profissionalização do Carnaval Capixaba;
- Proporcionar ações formativas, por meio de oficinas de fantasias, alegorias e adereços, visando à qualificação de trabalhadores e artistas envolvidos na produção do evento;
- Qualificar os processos de planejamento, execução e avaliação do carnaval, assegurando transparência, eficiência e conformidade com as normas da Administração Pública;
- Divulgar o Carnaval Capixaba em âmbito local, estadual e nacional, por meio de ações de comunicação e mídia, ampliando a visibilidade do evento e das potencialidades turísticas do Espírito Santo.

7. METAS⁴

Meta 1 – Coordenação técnica e operacional do Carnaval Capixaba 2026

- Apoiar as equipes técnicas e operacionais responsáveis pela realização dos desfiles das escolas de samba nos dias 06/02/2026, 07/02/2026, 13/02/2026 e 14/02/2026 no Sambão do Povo;
- Garantir a execução dos procedimentos de pré-produção, produção e pós-produção do evento;
- Produto esperado: Desfiles das escolas de samba realizados conforme o cronograma oficial;
- Indicadores: cumprimento de prazos, execução das atividades planejadas e realização dos desfiles sem intercorrências graves;
- Meios de verificação: relatórios técnicos, registros fotográficos e audiovisuais.

Meta 2 – Realização de oficinas de fantasias, alegorias e adereços

- Realizar oficinas formativas voltadas à produção e finalização de fantasias, alegorias e adereços das escolas de samba;
- Atender diretamente trabalhadores e integrantes das escolas de samba, priorizando moradores das comunidades envolvidas;
- Produto esperado: peças confeccionadas e finalizadas para utilização nos desfiles;
- Indicadores: quantidade de oficinas realizadas, número de participantes e volume de peças produzidas;
- Meios de verificação: listas de presença, registros fotográficos, relatórios das oficinas.

Meta 3 – Apoio à organização e logística dos desfiles

- Coordenar as equipes de concentração, apoio aos jurados, pista, cronometragem e dispersão durante os dias de desfile;
- Assegurar o fluxo adequado das escolas de samba e o cumprimento dos tempos regulamentares;
- Produto esperado: desfiles realizados com organização e fluidez;

⁴ Art. 22 (...), inciso I - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados, e IV – definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas. (redação da [Lei 13.019, de 31/7/2014](#)).



- Indicadores: cumprimento do regulamento e avaliação positiva da organização do evento;
- Meios de verificação: relatórios operacionais e registros audiovisuais.

Meta 4 – Envolvimento e alcance do público

- Envolver aproximadamente 80.000 (oitenta mil) pessoas ao longo dos dias de desfile, entre público presencial e virtual;
- Garantir acesso gratuito e pago conforme a organização oficial do evento;
- Produto esperado: ampla participação do público e visibilidade do evento;
- Indicadores: estimativa de público, venda de ingressos e alcance em mídias digitais;
- Meios de verificação: relatórios de público, dados de comercialização e métricas de redes sociais.

Meta 5 – Divulgação e promoção do Carnaval Capixaba

- Realizar ações de divulgação do evento por meio de redes sociais, imprensa falada, escrita e digital;
- Ampliar a visibilidade do carnaval como produto turístico-cultural do Espírito Santo;
- Produto esperado: campanhas e conteúdos de divulgação veiculados;
- Indicadores: número de inserções na mídia e alcance das publicações;
- Meios de verificação: clipping de imprensa e relatórios de comunicação.

Meta 6 – Monitoramento, avaliação e prestação de contas

- Elaborar relatórios parciais e relatório final de execução do objeto e de execução financeira;
- Comprovar a aplicação dos recursos públicos conforme o plano de trabalho aprovado;
- Produto esperado: prestação de contas apresentada dentro dos prazos legais;
- Indicadores: entrega dos relatórios e conformidade documental;
- Meios de verificação: relatórios técnicos, financeiros, notas fiscais e registros fotográficos.

8. METODOLOGIA

1. Planejamento e Pré-Produção

A fase de pré-produção compreenderá o levantamento técnico das demandas do Carnaval Capixaba 2026, incluindo diagnóstico das necessidades das escolas de samba, definição de cronograma detalhado de execução, dimensionamento das equipes e planejamento logístico das atividades. Nesta etapa, serão realizadas reuniões de alinhamento com a LIESES, representantes das escolas de samba e órgãos públicos envolvidos, como segurança, trânsito, saúde e turismo, visando à integração institucional e à mitigação de riscos.

Será elaborado o plano operacional do evento, contemplando a organização dos desfiles, os fluxos de concentração e dispersão, o suporte aos jurados, o controle de tempo e o ordenamento da pista. Paralelamente, será estruturado o plano de comunicação e divulgação, com definição de estratégias, canais e cronograma de veiculação.

2. Contratação de Profissionais e Prestadores de Serviços

A contratação de profissionais, oficinairos, coordenadores e prestadores de serviços será realizada em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, observando critérios de capacidade técnica, experiência comprovada e



compatibilidade de preços com as tabelas referenciais vigentes da SECULT/ES, FGV e demais normativas aplicáveis. Os contratos serão formalizados por meio de instrumentos próprios, com definição clara de atribuições, prazos e produtos esperados.

Serão priorizados profissionais com experiência no carnaval e na economia criativa, especialmente aqueles oriundos das comunidades das escolas de samba, promovendo a valorização do saber local e a geração de trabalho e renda. Todos os processos de contratação serão devidamente documentados para fins de controle e prestação de contas.

3. Execução das Oficinas de Fantasias, Alegorias e Adereços

As oficinas serão executadas conforme cronograma previamente definido, nos barracões e espaços indicados pelas escolas de samba, sob coordenação técnica do Instituto Raízes. As atividades terão caráter prático e formativo, voltadas à produção, finalização e qualificação das fantasias, alegorias e adereços a serem utilizados nos desfiles.

Durante a execução das oficinas, será realizado o acompanhamento contínuo da participação dos beneficiários, da qualidade técnica dos materiais produzidos e do cumprimento dos prazos, com registros sistemáticos por meio de listas de presença, relatórios descritivos, registros fotográficos e audiovisuais.

4. Organização e Execução dos Desfiles

Na fase de execução do evento, o Instituto Raízes atuará na coordenação das equipes de concentração, apoio aos jurados, pista, cronometragem e dispersão, garantindo o cumprimento do regulamento oficial do carnaval e o adequado fluxo das escolas de samba no Sambão do Povo.

Serão adotados procedimentos operacionais padronizados para organização do desfile, controle de tempo, orientação das agremiações e resolução de eventuais intercorrências, em articulação permanente com a LIESES e com os órgãos responsáveis pela segurança e infraestrutura do evento.

5. Monitoramento, Registro e Avaliação

Ao longo de todas as etapas do Projeto, será realizado o monitoramento sistemático das ações, com verificação do cumprimento das metas, avaliação dos resultados alcançados e identificação de ajustes necessários. Os indicadores previstos no plano de trabalho orientarão a avaliação técnica e operacional.

Serão produzidos registros fotográficos, audiovisuais e documentais de todas as atividades, incluindo oficinas, reuniões, desfiles e ações de divulgação, compondo o acervo comprobatório da execução do objeto.

6. Pós-Produção e Prestação de Contas

A fase de pós-produção compreenderá a desmontagem das estruturas, a consolidação das informações técnicas e financeiras e a elaboração dos relatórios parciais e final de execução do objeto e de execução financeira. A prestação de contas será apresentada nos prazos estabelecidos, contendo notas fiscais, comprovantes de pagamento, relatórios técnicos, registros fotográficos e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

Todo o processo metodológico visa assegurar a realização de um Carnaval Capixaba 2026 organizado, qualificado e acessível, com efetivo impacto cultural, social, econômico e turístico, em consonância com as diretrizes da política pública de turismo do Estado do Espírito Santo.

9. JUSTIFICATIVA

O Carnaval Capixaba constitui uma das mais relevantes manifestações culturais do Espírito Santo, integrando o Calendário Oficial de Eventos do Estado e sendo reconhecido como patrimônio cultural imaterial, em razão de seu valor histórico, simbólico, social e turístico. Realizado no Sambão do Povo, em Vitória/ES, o evento reúne 19 escolas de samba, milhares de trabalhadores da cultura e um público estimado em aproximadamente 80 mil pessoas, configurando-se como o maior evento cultural e turístico do Estado.

A realidade que fundamenta a presente parceria está relacionada à complexidade crescente do Carnaval Capixaba, que demanda elevado nível de planejamento, coordenação técnica, qualificação profissional e articulação interinstitucional para garantir sua execução com qualidade, segurança, acessibilidade e impacto positivo para a sociedade. A realização dos desfiles envolve uma extensa cadeia produtiva, abrangendo artistas, músicos, ritmistas, costureiras, aderecistas, ferreiros, marceneiros, técnicos, gestores culturais e diversos outros profissionais, cuja atuação depende de organização prévia, formação adequada e suporte técnico-operacional contínuo.

Nesse contexto, as atividades propostas — como a coordenação das equipes, a realização de oficinas de fantasias, alegorias e adereços, o apoio à logística dos desfiles e o acompanhamento de todas as etapas de pré-produção, execução e pós-produção — estabelecem nexo direto com as metas e os objetivos do projeto, sendo indispensáveis para assegurar a realização do evento, a valorização do patrimônio cultural imaterial e a consolidação do carnaval como produto turístico estratégico.

A parceria com a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR se justifica pelo alinhamento do projeto às diretrizes do Plano Estadual de Turismo, que reconhece o turismo cultural como vetor de desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda e promoção da identidade capixaba. O Carnaval Capixaba, ao atrair visitantes de outros estados e regiões, impacta diretamente a economia local, com expressivo aumento da taxa de ocupação hoteleira, movimentação dos setores de alimentação, transporte, comércio e serviços, além de ampliar a visibilidade do Espírito Santo no cenário turístico nacional.

Do ponto de vista da viabilidade, o projeto apresenta cronograma definido, orçamento compatível com a dimensão do evento e metodologia estruturada, possibilitando sua execução dentro dos prazos previstos, com benefícios econômicos, sociais e culturais amplamente superiores ao investimento realizado, considerando os impactos diretos e indiretos gerados pelo carnaval.

9.1 – RELEVÂNCIA SOCIAL

A relevância social do projeto reside na sua capacidade de promover inclusão social, valorização cultural e fortalecimento comunitário, especialmente nos territórios historicamente vinculados às escolas de samba. O Carnaval Capixaba é construído majoritariamente por moradores das comunidades, que encontram na festa não apenas um espaço de expressão cultural, mas também oportunidades concretas de trabalho, renda, formação e protagonismo social.

O projeto beneficia diretamente milhares de pessoas envolvidas na produção e execução dos desfiles e, indiretamente, a população em geral, ao garantir o acesso democrático à cultura, ao lazer e à fruição de um evento de grande porte. Além disso, contribui para a preservação dos saberes e fazeres tradicionais do samba



capixaba, promovendo a transmissão intergeracional do conhecimento e o fortalecimento da identidade cultural local.

Inserido no conjunto de ações desenvolvidas pelo Instituto Raízes, o projeto dialoga com uma trajetória institucional voltada à promoção dos direitos culturais, ao desenvolvimento social e à redução das desigualdades, potencializando os impactos positivos para as comunidades, para o município de Vitória e para o Estado do Espírito Santo.

9.2 – INTERESSE PÚBLICO

O interesse público da parceria está fundamentado no papel estratégico do Carnaval Capixaba como instrumento de política pública de turismo, cultura e desenvolvimento econômico. A atuação do Estado, por meio da SETUR, é essencial para assegurar a continuidade, a qualificação e a sustentabilidade de um evento que gera expressivos retornos sociais e econômicos, preserva o patrimônio cultural imaterial e projeta a imagem do Espírito Santo em âmbito nacional.

A intervenção da SETUR se justifica pela necessidade de fomentar e estruturar o turismo cultural, garantindo que o carnaval seja realizado de forma organizada, acessível e segura, com capacidade de atrair visitantes, estimular a economia criativa e fortalecer a cadeia produtiva do turismo. Trata-se de uma parceria, e não de patrocínio, na qual o poder público e a sociedade civil organizada compartilham responsabilidades para a entrega de um bem público de relevante interesse coletivo.

Ao apoiar este projeto, o Estado cumpre seu dever constitucional e legal de promover a cultura e o turismo como direitos sociais e como vetores de desenvolvimento sustentável, assegurando que o Carnaval Capixaba continue sendo um legado cultural, social e econômico para as atuais e futuras gerações.

10. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação do cumprimento do objeto da parceria será realizada de forma contínua e sistemática, com base em indicadores físicos, qualitativos e documentais, permitindo a verificação objetiva do alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho e da adequada aplicação dos recursos públicos.

O monitoramento das ações ocorrerá durante todas as fases do projeto (pré-produção, execução e pós-produção) assegurando o acompanhamento permanente do desempenho das atividades e a identificação de eventuais necessidades de ajustes operacionais.

Indicadores de Avaliação

Serão utilizados, entre outros, os seguintes indicadores:

- Cumprimento do cronograma físico-financeiro do projeto;
- Quantidade de ações executadas em relação às ações previstas;
- Realização dos desfiles das escolas de samba nas datas estabelecidas;
- Número de oficinas realizadas e de participantes atendidos;
- Volume de fantasias, alegorias e adereços produzidos e/ou finalizados;
- Alcance estimado de público presencial e virtual;
- Nível de organização e fluidez dos desfiles, conforme regulamento oficial;

- Alcance das ações de divulgação e comunicação;
- Conformidade da execução financeira com o plano de aplicação aprovado.

Instrumentos e Ferramentas de Avaliação

Para aferição do cumprimento das metas e do objeto da parceria, serão utilizados os seguintes instrumentos e ferramentas:

- Relatórios técnicos descritivos das atividades executadas;
- Relatórios fotográficos e audiovisuais das oficinas, reuniões e desfiles;
- Listas de presença dos participantes das oficinas e ações formativas;
- Registros de mídia e clipping de divulgação em veículos de comunicação e redes sociais;
- Documentos comprobatórios de contratação e execução dos serviços;
- Notas fiscais, recibos e comprovantes de pagamento;
- Relatórios parciais e relatório final de execução do objeto e de execução financeira.

Procedimentos de Consolidação e Análise

Os dados coletados por meio dos instrumentos de avaliação serão consolidados pela equipe técnica do Instituto Raízes, que realizará a análise comparativa entre o planejado e o executado, verificando o atingimento das metas e a efetividade das ações desenvolvidas. Sempre que necessário, serão promovidos ajustes durante a execução, respeitando os limites do plano de trabalho aprovado.

Ao final da parceria, será apresentado relatório final contendo a síntese dos resultados alcançados, a comprovação documental da execução do objeto e a avaliação dos impactos culturais, sociais e turísticos do projeto, assegurando transparência, controle social e conformidade com a legislação vigente.

11. METODOLOGIA DE TRABALHO

1. Planejamento e Organização Inicial

Nesta etapa será realizado o detalhamento do plano de ação do Projeto, com a definição do cronograma físico-financeiro, a distribuição de responsabilidades entre as equipes envolvidas e o alinhamento institucional com a LIESES, escolas de samba e órgãos públicos parceiros. Serão promovidas reuniões técnicas para pactuação de fluxos operacionais, definição de protocolos de execução e integração das ações de turismo, cultura, segurança, mobilidade e comunicação.

2. Mobilização e Contratação de Equipes

A mobilização e contratação de profissionais, técnicos, oficineiros e prestadores de serviços ocorrerão em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, observando critérios de capacidade técnica, experiência comprovada e compatibilidade de preços com as tabelas referenciais oficiais. Os contratos formalizarão atribuições, prazos e entregas, assegurando a adequada execução das atividades previstas. Será priorizada a contratação de



profissionais com experiência no Carnaval Capixaba e oriundos das comunidades das escolas de samba, fortalecendo a economia criativa local.

3. Execução das Ações Formativas e Operacionais

As ações formativas, especialmente as oficinas de fantasias, alegorias e adereços, serão executadas conforme cronograma estabelecido, sob coordenação técnica do Instituto Raízes. As atividades terão caráter prático e pedagógico, visando à qualificação dos participantes e à produção de materiais que serão utilizados nos desfiles. Paralelamente, serão desenvolvidas ações operacionais voltadas à organização logística do evento, incluindo planejamento de pista, concentração, apoio aos jurados, cronometragem e dispersão.

4. Realização dos Desfiles das Escolas de Samba

Durante os dias oficiais do evento, o Instituto Raízes atuará na coordenação e acompanhamento das equipes responsáveis pela execução dos desfiles, assegurando o cumprimento do regulamento, o controle dos tempos de apresentação e a adequada fluidez do evento. As ações serão desenvolvidas em articulação com a LIESES e com os órgãos responsáveis pela segurança, infraestrutura e serviços públicos, garantindo a realização do carnaval com qualidade, segurança e acessibilidade.

5. Monitoramento e Acompanhamento das Metas

O acompanhamento do Projeto será contínuo, com verificação sistemática do cumprimento das metas e das atividades previstas. A equipe técnica realizará o monitoramento das ações, identificando eventuais ajustes necessários e assegurando a conformidade com o plano de trabalho aprovado. Todos os procedimentos serão registrados por meio de relatórios técnicos, registros fotográficos e audiovisuais.

6. Conclusão das Ações e Prestação de Contas

A etapa final compreenderá a consolidação das informações técnicas e financeiras, a elaboração dos relatórios parciais e do relatório final de execução do objeto e de execução financeira, bem como a organização da documentação comprobatória. A prestação de contas será apresentada nos prazos legais, demonstrando de forma transparente e objetiva a correta aplicação dos recursos públicos e o alcance dos resultados previstos.

12. CUSTOS

R\$ 2.215.000,00 (dois milhões e duzentos e quinze mil reais)

13. VALOR SOLICITADO À SETUR

R\$ 2.215.000,00 (dois milhões e duzentos e quinze mil reais)

14. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Proponente	Concedente
Código	Especificação			

33.50.41	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 2.215.000,00		R\$ 2.215.000,00
Total Geral				

14.1 ORÇAMENTO RESUMIDO				
Código	Especificação	SETUR (concedente)	Proponente (contrapartida)	Total
3.3.50.41	Coordenação da formação com os jurados do Carnaval Capixaba (Série Ouro) com 02 (dois) workshops nos dias 12/02/2026 e 13/02/2026 para julgamento, realização de justificativas de notas e apuração no dia 18/02/2026 para os desfiles das 09 escolas de samba;	R\$ 500.000,00		R\$ 500.000,00
3.3.50.41	Coordenação da equipe de aderecistas para o processo de finalização, suporte nos procedimentos de montagem e desmontagem das alegorias e fantasias nos barracões das 09 escolas de samba (Série Ouro) e Unidos da Piedade (Grupo Especial)	R\$ 1.215.000,00		R\$ 1.215.000,00
3.3.50.41	Coordenação de equipes (concentração, apoio de jurados, apoio geral, pista/cronometragem e dispersão) para a realização dos desfiles e apuração, nos dias 13/02/2026 e 14/02/2026 (Série Ouro)	R\$ 500.000,00		R\$ 500.000,00
TOTAL				R\$ 2.215.000,00

14.2 ORÇAMENTO ANALÍTICO						
1 - Número	2 - Detalhamento da Ação		3 - Quatida de	4 – Unidade de Medida	5 - Valor Unitário	6 – Total (3x4x5)
	Item	Balizamento				

1. Serviços						
1.1	Coordenação da formação com os jurados do Carnaval Capixaba (Série Ouro) com 02 (dois) workshops nos dias 12/02/2026 e 13/02/2026 para julgamento, realização de justificativas de notas e apuração no dia 18/02/2026 para os desfiles das 09 escolas de samba;	Item necessário para o desenvolvimento das atividades Valor de referência: pesquisa de preços	01	serviço	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
1.2	Coordenação da equipe de aderecistas para o processo de finalização, suporte nos procedimentos de montagem e desmontagem das alegorias e fantasias nos barracões das 09 escolas de samba (Série Ouro) e Unidos da Piedade (Grupo Especial)	Item necessário para o desenvolvimento das atividades Valor de referência: pesquisa de preços	01	serviço	R\$ 1.215.000,00	R\$ 1.215.000,00
1.3	Coordenação de equipes (concentração, apoio de jurados, apoio geral, pista/cronometragem e dispersão) para a realização dos desfiles e apuração, nos dias 13/02/2026 e 14/02/2026 (Série Ouro)	Item necessário para o desenvolvimento das atividades Valor de referência: pesquisa de preços	01	serviço	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00

15. PREVISÃO DE RECEITAS	
ORIGEM DO RECURSO	VALOR (R\$)
Não se aplica	
TOTAL	

Para a execução do Projeto **Apoio à Execução do Carnaval Capixaba 2026**, a previsão de receitas está estruturada de forma clara e compatível com o plano de trabalho apresentado, observando os princípios da transparência, da economicidade e da vedação à duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos.

A receita prevista para a execução integral do Projeto será proveniente **exclusivamente da parceria com a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR**, no valor total de **R\$ 2.215.000,00 (dois milhões, duzentos e quinze mil reais)**, destinada ao custeio das ações necessárias à coordenação técnica, operacional e organizacional do evento, conforme plano de aplicação aprovado.

Não há, para esta parceria, previsão de receitas próprias, ingressos, patrocínios privados, doações ou outras fontes financeiras a serem utilizadas para o custeio das despesas previstas no Projeto. Eventuais receitas decorrentes da comercialização de ingressos, camarotes ou outras atividades econômicas relacionadas ao Carnaval Capixaba são geridas por instâncias próprias da organização do evento e **não integram a execução financeira desta parceria**, não sendo utilizadas para o pagamento das despesas previstas neste plano de trabalho.

As despesas previstas no Projeto serão custeadas integralmente com os recursos oriundos do instrumento de parceria celebrado com a SETUR, inexistindo rateio de despesas com outras fontes de recursos. Dessa forma, não haverá duplicidade, sobreposição ou custeio concomitante de uma mesma parcela de despesa por mais de um partícipe, em estrita observância às disposições da Lei nº 13.019/2014 e demais normativas aplicáveis.

A aplicação dos recursos seguirá rigorosamente o plano financeiro aprovado, sendo devidamente comprovada por meio de documentos fiscais idôneos, relatórios técnicos e financeiros, garantindo a correta execução do objeto e a adequada prestação de contas da parceria.

16. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO								
Meta	Etapa/Fase	Especificação da Despesa (Descrever os itens do projeto)	Indicador físico				Duração	
			Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início (dd/mm/aa)	Término (dd/mm/aa)
1.1		Coordenação da formação com os jurados do Carnaval Capixaba (Série Ouro) com 02 (dois) workshops nos dias 12/02/2026 e 13/02/2026 para julgamento, realização de justificativas de notas e apuração no dia 18/02/2026 para os desfiles das 09 escolas de samba;	sv	01	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	26/01/2026	14/04/2026
1.2		Coordenação da equipe de aderecistas para o processo de finalização, suporte nos procedimentos de montagem e desmontagem das alegorias e fantasias nos barracões das 09 escolas de samba (Série Ouro) e Unidos da Piedade (Grupo Especial)	sv	01	R\$ 1.215.000,00	R\$ 1.215.000,00	26/01/2026	14/04/2026

1.3		Coordenação de equipes (concentração, apoio de jurados, apoio geral, pista/cronometragem e dispersão) para a realização dos desfiles e apuração, nos dias 13/02/2026 e 14/02/2026 (Série Ouro)	SV	01	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	26/01/2026	14/04/2026
-----	--	--	----	----	----------------	----------------	------------	------------

17. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1	R\$ 2.215.000,00					
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1						

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1						
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1						

18. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

A divulgação direta das ações do Projeto Apoio à Execução do Carnaval Capixaba 2026 será realizada exclusivamente por meio das redes sociais oficiais do Instituto Raízes e de seus parceiros institucionais, assegurando comunicação clara, objetiva e acessível ao público, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 13.019/2014.

As redes sociais constituirão o principal canal de divulgação institucional do Projeto, sendo utilizadas para a publicação de informações sobre a parceria firmada com o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da



Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, bem como para o registro e a divulgação das atividades realizadas, incluindo oficinas, reuniões, bastidores e a execução dos desfiles. Serão utilizados, prioritariamente, os perfis oficiais do Instituto Raízes nas plataformas Instagram e Facebook com postagens informativas, registros fotográficos, audiovisuais e transmissões pontuais, quando cabível.

Em cumprimento às exigências legais, o Instituto Raízes divulgará em seus canais digitais, de forma permanente e em local de fácil acesso, as informações relativas à parceria celebrada, incluindo objeto, valores e vigência do Termo de Fomento, bem como a identificação institucional do Governo do Estado do Espírito Santo e da SETUR, observando as diretrizes de identidade visual estabelecidas.

Ressalta-se que, de forma indireta, o Projeto será amplamente divulgado em diversos meios de comunicação, tais como televisão, rádio, jornais impressos e digitais e plataformas de streaming, em razão da magnitude, relevância cultural e alcance turístico do Carnaval Capixaba. Essa divulgação espontânea decorre da cobertura jornalística tradicional do evento, não configurando contratação direta de mídia ou ações promocionais custeadas com recursos do Termo de Fomento.

Dessa forma, a estratégia de comunicação adotada garante a transparência da parceria, o acesso à informação pela sociedade e a ampla visibilidade institucional do Projeto, respeitando os princípios da legalidade, da economicidade e do interesse público.

Detalhe como ocorrerá a divulgação das ações do Projeto:

- | | |
|---|-----------------|
| (...) Carros ou bicicletas de som | (...) Jornais |
| (...) Cartazes | (...) Panfletos |
| (...) Faixas | (...) Folder |
| (...) Banners | (...) Rádio |
| (...) Televisão | |
| (x) Internet. Especifique: Instagram e Facebook | |
| (...) Outros. Especifique: | |

Em quais locais ocorrerá a divulgação do Projeto (pode ser assinalada mais de uma alternativa):

- | | |
|----------------------------|-------------------|
| (...) Escolas | (...) Associações |
| (...) Posto de saúde | (...) Igrejas |
| (...) Comércio | |
| (...) Outros. Especifique: | |

Tipo de Mídia (cartazes, banners, panfletos, mídia televisiva, Redes Sociais)	Período	Público
Redes sociais	26/01/2026 a 14/02/2026	Comunidades do carnaval, público que segue o Instituto Raízes e a LIESES

19. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a formalização da presente parceria representa uma iniciativa estratégica para a consolidação do Carnaval Capixaba 2026 como um dos principais produtos turístico-culturais do Espírito Santo. O projeto



proposto demonstra viabilidade técnica, operacional e financeira, além de apresentar elevado impacto social, cultural e econômico, beneficiando diretamente as comunidades das escolas de samba, os trabalhadores da cultura e, de forma ampla, a sociedade capixaba.

A parceria possibilitará a realização de um carnaval organizado, qualificado, acessível e alinhado às diretrizes do Plano Estadual de Turismo, promovendo a valorização do patrimônio cultural imaterial, o fortalecimento da economia criativa, a geração de emprego e renda e a ampliação da visibilidade do Espírito Santo no cenário turístico nacional. As ações previstas estabelecem nexo direto entre a realidade diagnosticada, os objetivos definidos, as metas propostas e os resultados esperados, assegurando a efetiva entrega de um bem público de relevante interesse coletivo.

O Instituto Raízes, com sua trajetória consolidada, capacidade técnica comprovada e atuação reconhecida no campo do samba, da cultura e do turismo, coloca-se como parceiro qualificado para a execução do objeto proposto, comprometendo-se com a observância da legislação vigente, com a transparência na aplicação dos recursos públicos e com a correta prestação de contas.

Nesse sentido, solicita-se o apoio da Secretaria de Estado do Turismo do Espírito Santo – SETUR para a celebração da parceria, entendendo que sua efetivação contribuirá de forma decisiva para o fortalecimento do Carnaval Capixaba, para o desenvolvimento sustentável do turismo e para a promoção da identidade cultural do Estado, deixando um legado social, cultural e econômico duradouro para a população capixaba e para as futuras gerações.

20. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou OSCs da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignados no Orçamento do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Em, Vitória, 12 de janeiro de 2026

Victor Bastos Faria

18. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovo o presente Plano de Trabalho.

Vitória (ES) _____, de _____, _____

Local e Data

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

RONALDO DIAS JUNIOR
SUBSECRETARIO ESTADO
SUBGEAD - SETUR - GOVES
assinado em 30/01/2026 09:20:51 -03:00

VICTOR BASTOS FARIA
CIDADÃO
assinado em 30/01/2026 13:12:26 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 30/01/2026 13:15:02 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MYLENNNA NUNES DA CONCEIÇÃO ALVES (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - MGS - GECONV/SETUR - SETUR - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-DFK2JL>